

Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 26/08/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado destacou que o Brasil está no rumo certo sob o Governo Lula, comprovado pelo crescimento econômico e a queda do desemprego. Mencionou que as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 aumentaram para 2,43% e que o desemprego de longa duração caiu 17%, alcançando o menor patamar desde 2015. Ressaltou o crescimento no crédito para pequenas e médias empresas, o anúncio de 600 mil novas moradias pelo Programa Minha Casa, Minha Vid, e os investimentos em institutos federais e na Farmácia Popular no Espírito Santo. Concluiu dizendo que o Brasil voltou a crescer, gerando empregos e esperança para a população.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado destacou o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no primeiro semestre de 2024, ressaltando o aumento significativo nos investimentos em setores como agro, indústria, comércio e pequenas empresas, comparado a 2022. Criticou o Governo anterior por limitar o BNDES e elogiou o Governo Lula por revitalizar o banco como uma agência de desenvolvimento, contribuindo para o crescimento econômico do Brasil. Enfatizou ainda a importância de políticas que aumentam a renda da população, como o reajuste do salário mínimo acima da inflação e o retorno das políticas sociais, que, junto com investimentos em infraestrutura, podem explicar o crescimento econômico acima das expectativas do mercado. Concluiu defendendo a utilização do orçamento público e do BNDES como ferramentas para o desenvolvimento de médios e longos prazos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado celebrou a introdução de cirurgias por videolaparoscopia, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Hospital Geral de Guanambi (BA), beneficiando mais de 40 cidades, e agradeceu ao Governador Jerônimo Rodrigues e à equipe de saúde. Também expressou preocupação com os incêndios criminosos que afetam o Brasil, defendendo leis mais severas, incluindo penas mínimas de três anos de prisão, para punir os responsáveis e evitar futuros prejuízos ao país.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou a importância do acordo entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), liderado pelo Ministro Wellington Dias, para combater a fome global, ressaltando o papel do Brasil na promoção da segurança alimentar sob a liderança do Presidente Lula. Em seguida, expressou profunda preocupação com a liberação crescente de agrotóxicos no Brasil, alertando para os graves impactos desses venenos na saúde pública e no meio ambiente, conforme discutido em um artigo do *Le Monde Diplomatique*. Enfatizou a



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

necessidade de promover uma alimentação saudável e de regulamentar melhor o uso de agrotóxicos para proteger a população.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado elogiou a ampliação do Auxílio-Gás, anunciada pelo Presidente Lula e pelo Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que beneficiará 20 milhões de famílias em 2025, conectando essa medida à importância da transição energética para promover energias renováveis e melhorar a qualidade de vida. Destacou também a necessidade de combater os incêndios criminosos que têm devastado o meio ambiente, reforçando o compromisso do Governo em responsabilizar os culpados e proteger a sustentabilidade ambiental.

General Girão (PL - RN) - O Deputado defendeu a importância de respeitar a Constituição e o devido processo legal, especialmente no caso de *impeachment* de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Criticou tentativas de censura e pediu que o Senado cumprisse seu papel na análise desses processos, seguindo os ritos estabelecidos. Também descreveu sua recente visita à Ucrânia.

Leonardo Gadelha (PODE - PB) - O Deputado abordou a situação atual do sistema previdenciário brasileiro, destacando a importância de distinguir entre a gestão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a sustentabilidade do sistema a longo prazo. Além disso, elogiou a incorporação de novas tecnologias e o combate às fraudes no INSS, mas expressou preocupação com a falta de reconhecimento dos servidores como categoria típica de Estado. Também alertou para os desafios futuros da Previdência, devido à mudança demográfica e à automação, enfatizando a necessidade de fortalecer sistemas complementares e criar um fundo de transição para evitar uma crise futura.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado destacou a necessidade de conciliação e harmonia entre os três Poderes da República, enfatizando que o Parlamento deve promover o diálogo e evitar atiçar ânimos. Fez um paralelo histórico, lembrando o período da Regência e a criação do Gabinete da Conciliação no Brasil Imperial, que visava unir o País sem comprometer a diversidade de pensamentos. Criticou a falta de harmonia entre os Poderes e alertou contra a utilização da democracia como pretexto para promover golpes de Estado.

Paulo Folletto (PSB - ES) - O Deputado anunciou que o Espírito Santo busca integrar-se ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde, programa nacional do Governo Federal, com foco na produção de produtos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e exportação. Informou que o Estado, que possui uma estrutura de ciência e tecnologia, receberá uma missão do Ministério da Saúde para avaliar a proposta e orientar os próximos passos.



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Reginete Bispo (PT - RS) - A Deputada expressou solidariedade à família Soares, de Porto Alegre (RS), após Vanderlei Oliveira Soares, um homem negro, ter sido injustamente acusado de furto e espancado por um segurança de supermercado. Denunciou a violência racista que a população negra enfrenta e apelou aos colegas Parlamentares para darem celeridade a projetos de lei que combatem essa violência, destacando o Projeto de Lei nº 5.231, de 2020, do qual foi Relatora, que veda a conduta de agente público ou profissional de segurança privada motivada por discriminação ou preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual; determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada. Por fim, enfatizou a urgência de enfrentar o racismo com seriedade e justiça.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado criticou a absolvição de um traficante confesso, capturado com 23,4 quilos de cocaína em um veículo com fundo falso, pelo juiz Gerdinaldo Quichaba Costa, da 13ª Vara Criminal da Barra Funda, São Paulo. Informou que o juiz alegou que a abordagem e a condução do veículo à delegacia foram ilegais, resultando na absolvição. Argumentou que decisões como essa oferecem um salvoconduto para traficantes e têm graves consequências para a sociedade, sugerindo que os juízes precisam entender a realidade brasileira. Por fim, defendeu penas severas, incluindo a pena de morte, para traficantes.

Dilceu Sperafico (PP - PR) - O Deputado destacou a importância do agronegócio para o Município de Toledo (PR), que possui o maior PIB agropecuário do Paraná e um dos maiores do Brasil, impulsionado pela produção de suínos e pelo maior frigorífico da América Latina. Ressaltou o lançamento da 51ª Festa Nacional do Porco no Rolete, evento tradicional que ocorrerá em 15 de setembro e deve reunir até 40 mil pessoas. Parabenizou os organizadores Claudiomir Rossi, Luiz Carlos Brixer e Jair Roberto Pagnussat e convidou o público a participar da festa, que, além de promover a cidade, valoriza a carne suína no Brasil.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado alertou para os graves impactos dos incêndios descontrolados no Brasil, destacando o aumento das doenças respiratórias, principalmente em crianças e idosos, e a sobrecarga no Sistema Único de Saúde. Informou que em cidades como Ribeirão Preto (SP), os incêndios causaram pânico e aumento significativo na procura por atendimento médico. Também ressaltou as perdas de 6,7 bilhões de reais no setor agropecuário devido às alterações climáticas. Criticou a inércia do Governo Federal e cobrou ações urgentes das Ministras Marina Silva e Nísia Trindade para enfrentar essa crise.



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado alertou para a grave situação ambiental no Amazonas, destacando a seca antecipada que tem afetado rios importantes como o Juruá, Purus e Solimões, deixando quase 290 mil pessoas em risco de desabastecimento. Enfatizou que os efeitos combinados dos fenômenos El Niño e La Niña, somados às queimadas criminosas, têm agravado as mudanças climáticas na região. Chamou a atenção para o impacto desse cenário sobre as futuras gerações, cobrando uma ação mais enérgica do Governo Federal e de órgãos como o IBAMA e a Polícia Federal para combater os incêndios e mitigar os efeitos da crise climática na Amazônia.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado destacou a declaração da Organização Mundial da Saúde sobre a *mpox*, também conhecida como varíola dos macacos, como uma emergência de saúde pública internacional. Ressaltou a importância do Brasil se preparar para enfrentar a doença, enfatizando a necessidade de vacinação.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado alertou para a gravidade das queimadas no Brasil, que têm destruído plantações, florestas e vidas. Destacou a importância de superar práticas agrícolas antigas e promover mudanças no uso da terra, incentivando agroflorestas e o rodízio de culturas. Também enfatizou a necessidade de medidas preventivas e estruturais para evitar a devastação causada pelos incêndios, criticando a fragilização do Código Florestal. Defendeu uma ação conjunta de todas as esferas de Governo, incluindo a Defesa Civil e o IBAMA, para enfrentar essa crise ambiental.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada aproveitou o Dia Internacional da Igualdade Feminina para destacar o desafio da paridade de gênero no Brasil. Informou que, segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, o País precisará de 130 anos para alcançar a igualdade entre homens e mulheres, apesar do avanço recente de 40 posições no ranking global. Ressaltou as desigualdades salariais e a falta de apoio a candidaturas femininas como principais obstáculos. Por fim, convocou as mulheres a votarem em candidatas ou em homens comprometidos com a pauta feminina, defendendo mais respeito, igualdade e paridade na política e na sociedade.

Carla Ayres (PT - SC) - A Deputada destacou o início da Semana da Visibilidade Lésbica, ressaltando a necessidade de políticas específicas de reparação e dignidade para a população lésbica. Alertou para o aumento de mais de 50% na violência contra mulheres lésbicas na última década, incluindo o chamado "estupro corretivo". Enfatizou a importância de ampliar a representação dessas mulheres e convidou a sociedade para eventos que ocorrerão nos dias 28 e 29 de agosto, incluindo audiências públicas sobre as políticas governamentais que impactam a população LGBTQI+.



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

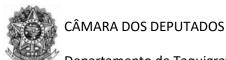
Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou a gestão do Prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes, após a apreensão de uma tonelada de maconha em uma escola municipal dentro do Complexo da Maré. Destacou que a cidade possui 1.542 escolas, mas que o Prefeito não conseguiria visitar todas durante seu mandato. Apontou a falta de presença do Estado em áreas controladas pelo tráfico e milícias, onde escolas e unidades de saúde são usadas como depósitos de crimes. Pediu que a Prefeitura permitisse a entrada da Polícia Militar nessas escolas para garantir a segurança.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado expressou preocupação com o impacto dos jogos de azar, incluindo apostas eletrônicas, nas famílias brasileiras. Destacou que, só neste ano, os brasileiros gastaram mais de 50 bilhões de reais nesses jogos, com uma previsão de 130 bilhões até o final do ano. Ressaltou que a maioria dos apostadores pertence às classes C e D, o que agrava a situação financeira dessas famílias. Criticou a falta de regulamentação e impostos sobre essas empresas, que não têm sede no Brasil, e pediu uma taxação exemplar na reforma tributária para mitigar os efeitos negativos desses jogos no País.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado criticou a gestão do Prefeito do Rio de Janeiro (RJ) em relação à mobilidade urbana da cidade. Destacou o caos no trânsito nas principais vias, como a Avenida Brasil, a Linha Vermelha, a Linha Amarela e nas proximidades do Aeroporto Tom Jobim, atribuindo a situação à construção do BRT. Afirmou que o sistema de transporte não atende às necessidades da população e que os congestionamentos constantes têm facilitado a ocorrência de assaltos. Alertou para os impactos negativos dessa gestão sobre a qualidade de vida dos cariocas e visitantes.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada expressou preocupação com as queimadas no Distrito Federal, que cobriram o céu de Brasília de fumaça, e criticou o negacionismo ambiental. Condenou aqueles que aprovam projetos que prejudicam o meio ambiente, lembrando a dor causada pelas queimadas e tragédias no País. Prestou solidariedade à família de um brigadista do IBAMA que faleceu combatendo o fogo e sugeriu que os incêndios podem ter sido intencionais. Por fim, Defendeu uma investigação rigorosa pela Polícia Federal e polícias estaduais sobre o caso, destacando que pessoas ligadas a interesses de latifundiários poderiam estar envolvidas.

Silvia Waiãpi (PL - AP) - A Deputada expressou preocupação com a recente notícia de que a Região Norte do Brasil realizará cirurgias de redesignação sexual pelo SUS, incluindo pacientes indígenas. Considerou a iniciativa absurda, pois acredita que contradiz o princípio de não interferir na cultura indígena. Criticou o Ministério Público por proibir a entrada de duas indígenas evangélicas em uma aldeia em 2019, durante um surto de suicídio, com o argumento de preservar a cultura indígena, e questionou se o mesmo critério será



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

aplicado na questão da redesignação sexual. Defendeu que o Ministério Público também intervenha em casos de infanticídio, estupro coletivo e outras violências nas aldeias, e alertou para o que vê como um experimento científico e social que pode prejudicar o povo brasileiro.

ORDEM DO DIA

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023, que torna o feminicídio crime autônomo, agrava a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelece outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023, que torna o feminicídio crime autônomo, agrava a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como estabelece outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023, que torna o feminicídio crime autônomo, agrava a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como estabelece outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. Além disso, destacou que os homicídios aumentaram durante o Governo Lula, o qual, segundo ela, não dá a devida atenção à segurança pública e favorece criminosos, lembrando que o veto presidencial às saídas temporárias de presos. Defendeu a proteção de todas as pessoas, não apenas de mulheres, e argumentou que, durante o Governo Bolsonaro, houve uma redução nos homicídios de membros da comunidade LGBT, além da diminuição de casos de feminicídio, assassinato de crianças, idosos e homens, como resultado de uma política de segurança pública séria.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 4.266, de 2023, que torna o feminicídio crime autônomo, agrava a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como estabelece outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher. Além disso, destacou que, durante o Governo Bolsonaro, o número de homicídios e mortes violentas caiu de 60 mil para 40 mil por ano, apesar de ainda ser um número muito elevado, superior ao de países em guerra. Argumentou que, quando o número de



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

mortes diminui, isso beneficia todas as pessoas, incluindo mulheres, membros da comunidade LGBT, crianças, idosos e homens.

Luiz Fernando Vampiro (MDB - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do "Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais".

Eduardo Bismarck (PDT - CE) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do "Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais". Destacou, também, um problema de segurança na BR-304, que liga Aracati (CE) ao Rio Grande do Norte. Mencionou um acidente recente em frente à Escola Francisco Amaral e pediu medidas como a instalação de lombadas e maior fiscalização pela Polícia Rodoviária Federal e pelo DNIT, visando evitar novos acidentes com vítimas.

Silvia Waiãpi (PL - AP) - A Deputada relatou ter sido vítima de estupro no Rio de Janeiro. Destacou a importância de medidas de defesa para proteger mulheres, meninas e meninos em situações semelhantes.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada criticou o que considera ser censura e perseguição contra conservadores, apontando que isso poderá afetar todos no futuro. Mencionou a recente entrevista do ex- Ministro da Defesa Nelson Jobim à CNN, onde fez críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Ministro Alexandre de Moraes. Após a repercussão, Jobim se retratou publicamente, expressando apoio a Moraes, o que foi visto como uma humilhação e uma demonstração da censura vigente. Por fim, conclamou o povo a protestar contra a censura e a favor do *impeachment* de Alexandre de Moraes no dia 7 de setembro.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado homenageou o cientista político Clóvis Brigagão, que faleceu recentemente. Destacou a sua trajetória de mais de oito décadas dedicadas ao Brasil, à justiça social e à democracia. Recordou a assinatura da Carta de Lisboa, em 1978, ao lado de Leonel Brizola, pedindo anistia e o retorno da democracia ao País. Também mencionou as contribuições acadêmicas de Brigagão e sua biografia



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

sobre Brizola. Ao encerrar, lamentou a perda, mas celebrou o legado deixado pelo cientista, comprometido com as melhores causas sociais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação de dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação de dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica. Ademais, criticou o Governo Federal pela proposta de importação de arroz, que prejudica o produtor rural gaúcho, e exigiu investigações sobre as queimadas, que têm destruído fazendas e terras produtivas. Por fim, manifestou preocupação com a utilização dos incêndios criminosos para declarar urgência climática e, assim, controlar os agricultores.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada justificou o posicionamento da Minoria contrário ao dispositivo legal que destina recursos orçamentários à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), constante na Medida Provisória 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica. Ademais, alegou que, segundo a exposição de motivos da referida medida provisória, os recursos seriam destinados ao leilão para a importação de arroz e que, diante do cancelamento do leilão, em nome da transparência, esses recursos deveriam ser retirados da proposição legislativa.

Reginete Bispo (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do dispositivo legal da Medida Provisória nº 1.218, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado enalteceu o trabalho contínuo do Governo Lula na reconstrução do Brasil, ressaltando os avanços econômicos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 2,5% e a redução das taxas de juros. Ademais, elogiou a melhoria da renda per capita e do ganho real nas negociações salariais, bem como a redução da taxa de desemprego para 6,9%. Além disso, destacou a importância de investimentos em infraestrutura e educação, salientando o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3 e o pacto pela alfabetização. Adicionalmente, defendeu a reforma tributária como essencial para aumentar a competitividade do País. Por fim, celebrou o Programa Gás para



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Empregar, enfatizando seu impacto na redução do preço do gás para todos os setores econômicos e na soberania alimentar, permitindo ainda o desenvolvimento do Triângulo Mineiro como polo de produção de nitrogenado, fosfato e fertilizante.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado expressou preocupação com a derrubada das redes sociais de Pablo Marçal, candidato à Prefeitura de São Paulo (SP), questionando se direitos fundamentais como a liberdade de expressão e eleições justas estão sendo respeitados. Alertou que a censura pode afetar qualquer um no futuro e defendeu a preservação da democracia. Além disso, destacou a gravidade dos incêndios na Amazônia e no Pantanal, criticando a resposta insuficiente do Governo Federal e pedindo ações urgentes para proteger a saúde da população e o meio ambiente.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou o recente "acordão da República", questionando como tal acordo pode beneficiar o País. Ressaltou a falta de equilíbrio entre os Poderes, que, em sua visão, deveria ser guiada por diálogo e transparência. Lamentou o que considera um excesso de poder do Judiciário, que extrapola os limites constitucionais e age como um órgão político. Apontou a "ditadura" do Legislativo e do Executivo, onde decisões são tomadas em pequenos grupos, desrespeitando os Parlamentares e a previsibilidade das leis.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada criticou o Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), por afirmar que o STF se tornou um órgão político. Denunciou a falta de democracia e de respeito à separação dos Poderes, apontando que o Supremo tem legislado em temas como o marco temporal, drogas e aborto, o que considera uma usurpação das funções do Legislativo. Também acusou o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de perseguirem conservadores, chamando de censura a derrubada das redes sociais de Pablo Marçal. Convocou o povo para protestar no dia 7 de setembro, em São Paulo (SP), contra o que ela descreveu como "ditadura da toga" e censura política.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou a visita da Senadora Margareth à Câmara dos Deputados, elogiando os projetos de lei de sua autoria, incluindo o Projeto de Lei n° 5.618, de 2016, que aprimora o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, inicialmente criado por ele. Mencionou uma recente reunião na Base de Alcântara (MA), onde estiveram presentes autoridades como o Governador do Maranhão, Carlos Brandão, e o Presidente do Tribunal de Justiça, Froz Sobrinho. Informou que a discussão focou na regularização fundiária das comunidades quilombolas e na modernização do cartório local. Também celebrou os avanços do Centro Espacial de Alcântara, que, a partir do próximo ano, deve iniciar o lançamento de satélites, impulsionado pelo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, relatado por ele.



Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada questionou a falta de previsibilidade nas pautas de votação da Câmara, destacando a importância de saber com antecedência os temas que serão discutidos para que os Parlamentares possam se preparar e a sociedade esteja informada. Mencionou sua frustração ao descobrir, durante um voo, que poderia ter votado remotamente pelo Infoleg, mas reforçou que estaria presente de qualquer maneira. Além disso, solicitou maior clareza sobre o horário de início da Ordem do Dia, sugerindo que medidas sejam adotadas para melhorar o planejamento e facilitar o trabalho dos Parlamentares.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula por seu desempenho na preservação ambiental, acusando-o de fracasso. Mencionou a formação de corredores de fumaça e o aumento das queimadas, que já atingiram o maior número em 14 anos, afetando diversas regiões do Brasil. Destacou a ausência de respostas eficazes da Ministra do Meio Ambiente e criticou o corte de 50% no orçamento destinado ao combate aos incêndios em 2024. Afirmou que a resposta tardia e insuficiente do Governo reflete negligência e incompetência, apontando que o Governo age apenas quando a crise já está instalada. Por fim, previu que situações semelhantes se repetirão nos próximos anos.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado manifestou a preocupação com o aumento do suicídio entre adolescentes no Brasil, destacando a urgência de abordar esse tema com a devida seriedade. Ressaltou que o suicídio é a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no País, segundo a OMS, e apontou fatores como pressão social, *bullying*, depressão, ansiedade e o impacto das redes sociais como contribuintes para essa tragédia. Defendeu o fortalecimento da rede de apoio à saúde mental, especialmente nas escolas, e o avanço em políticas públicas voltadas para a prevenção do suicídio.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia do Policial Legislativo, destacando a importância e o valor desses profissionais na proteção do Parlamento brasileiro. Mencionou a apresentação do Projeto de Lei nº 2.463, de 2024, que propõe atribuir formalmente à polícia legislativa a responsabilidade pela segurança dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tanto dentro quanto fora do Parlamento, incluindo missões externas. Expressou gratidão aos policiais legislativos por seu trabalho em proteger a integridade dos Parlamentares e da instituição.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado relatou sua participação no III Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, em Macapá (AP), onde se discutiu a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Destacou a importância de explorar petróleo na Margem Equatorial do Amapá de forma responsável e elogiou a atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização do uso de recursos públicos. Mencionou a presença de autoridades como o Ministro Waldez Góes e os Governadores do Amapá e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 158.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 26/08/2024

Roraima, e reforçou a necessidade de união entre o Governo, sociedade civil e setor privado para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou o recorde histórico do Ibovespa, que alcançou quase 137 mil pontos, como um reflexo da força das empresas brasileiras e da eficácia das políticas econômicas do Governo Lula. Ressaltou a resiliência do Brasil frente aos desafios internacionais e a estabilidade da moeda brasileira. Elogiou a liderança de Lula e a política econômica do Governo, que têm contribuído para a confiança dos investidores e a estabilidade financeira. Informou que a recente alta do dólar e o otimismo com uma possível redução nas taxas de juros pelo *Federal Reserve* foram mencionados como fatores positivos para a economia brasileira. Por fim, parabenizou o Presidente Lula e as empresas brasileiras pelo sucesso alcançado.

ENCERRAMENTO